



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

Aos 02 dias do mês de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*
2. - *Apreciação e votação da ata n.º 114, de 24 de abril 2018;*
3. - *Discussão e votação das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 54/XIII/3.ª do BE e 55/XIII/3.ª do PCP*
4. - *Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, do P JL n.º 829/XIII/3.ª (PCP) - «Estabelece os critérios de atribuição de transporte não urgente de doentes», do P JL n.º 831/XIII/3.ª (PCP) - «Revogação das Taxas Moderadoras», do P JL n.º 832/XIII/3.ª (PS) - «Procede à 47.ª alteração ao Código Penal e regula as condições especiais para a prática de eutanásia não punível» e do P JL n.º 838/XIII/3.ª (PEV) - «Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível»;*
5. - *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1484/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que reforce os meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência Médica» e do Projeto de Resolução n.º 1497/XIII/3.ª (BE) - «Reforço da resposta do Instituto Nacional de Emergência Médica através da contratação dos profissionais em falta»;*
6. - *Ponto de situação dos Grupos de Trabalho em funcionamento na Comissão;*
7. - *Ponto de situação das petições pendentes;*
8. - *Ponto de situação das audições pendentes;*
9. - *Outros assuntos.*

1. - Informações

O Presidente informou que deu entrada na Comissão de Saúde a Petição n.º 494, subscrita por 4084 cidadãos, que solicitam que seja instituída a «Carta para a participação pública em saúde». Esta Petição foi admitida e distribuída para elaboração de Relatório, ao PS, que indicou como Relatora a Deputada Catarina Marcelino.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

O Presidente indicou que deu entrada na Comissão um requerimento do PSD, a solicitar a audição do INFARMED, perguntando se algum GP se opunha à sua discussão. Não tendo havido qualquer oposição, o Presidente deu a palavra ao Deputado Luís Vales que fez a apresentação do requerimento. Disse que segundo notícias vindas a público o INFARMED tem criado dificuldades à sua transferência para o Porto. Entretanto o Governo criou um grupo de trabalho para *“elaboração de um relatório destinado a produzir propostas, modelos de intervenção e cenários de deslocalização do INFARMED para o Porto tendo em conta a avaliação do impacto estratégico, técnico, económico e socioprofissional”*. Sendo notícia que o Conselho Diretivo do INFARMED terá colocado «obstáculos», considera que o INFARMED deve ser ouvido para apurar se *«de algum modo não está a prestar toda a colaboração que lhe tenha sido solicitada pelo grupo de trabalho»*.

O Deputado António Sales referiu não se opor à audição, embora lhe pareça que é um pouco extemporâneo fazê-la, entendendo que os aspetos em causa são de âmbito administrativo e burocrático.

O Deputado Moisés Ferreira entende que os esclarecimentos são sempre bem-vindos pelo que não se opõe à audição. Há outros problemas com os trabalhadores e há um problema de base, pois ninguém quer a deslocalização, nem os trabalhadores, nem a própria Instituição.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o CDS-PP já expôs sobejamente a sua posição, continuando a reiterar que foi precipitada e leviana a decisão de transferir o INFARMED para o Porto. Disse estar preocupada com o funcionamento do grupo de trabalho criado e tudo o que for feito para esclarecer será bom e não se opõe.

A Deputada Carla Cruz salientou que o PCP acompanha o requerimento, que considera oportuno para que sejam prestadas informações e esclarecimentos sobre o assunto. No que se refere à criação do grupo de trabalho estranha, e contesta, que os trabalhadores do INFARMED não tivessem assento, esperando que a audição sirva para esclarecer todo o problema.

Foi colocado à votação o requerimento a solicitar a audição do INFARMED que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP, e a abstenção do PS, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

2. - Apreciação e votação da ata n.º 114, de 24 de abril 2018

O Presidente colocou à votação a ata n.º 114, relativa ao dia 24 de abril de 2018, que foi aprovada por unanimidade, com a ausência do PEV.

3. - Discussão e votação das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 54/XIII/3.ª do BE e 55/XIII/3.ª do PCP

O Deputado António Sales solicitou o adiamento da discussão deste ponto, tendo a Deputada Carla Cruz referido que não se opõe, mas dada a importância da matéria esse adiamento não devia ser superior a uma semana. Os Deputado Luís Vales e Isabel Galriça Neto também não se opõem ao adiamento.

O Presidente referiu que este ponto da Ordem do Dia fica então adiado.

4. - Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, do PJP n.º 829/XIII/3.ª (PCP) - «Estabelece os critérios de atribuição de transporte não urgente de doentes», do PJP n.º 831/XIII/3.ª (PCP) - «Revogação das Taxas Moderadoras», do PJP n.º 832/XIII/3.ª (PS) - «Procede à 47.ª alteração ao Código Penal e regula as condições especiais para a prática de eutanásia não punível» e do PJP n.º 838/XIII/3.ª (PEV) - «Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível»

Para efeitos de elaboração de parecer os Projetos de Lei tiveram a seguinte distribuição: PJP n.º 829, ao PS, que indicou o Deputado João Gouveia; PJP n.º 831, ao PEV, que indicou o Deputado José Luís Ferreira e os PJP's n.ºs 832 e 838, que versavam a mesma matéria, ao PSD, que indicou a Deputada Ângela Guerra.

5. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 1484/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que reforce os meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência Médica» e do Projeto de Resolução n.º 1497/XIII/3.ª (BE) - «Reforço da resposta do Instituto Nacional de Emergência Médica através da contratação dos profissionais em falta»

A discussão do Projeto de Resolução n.º 1484/XIII/3.ª PCP e do Projeto de Resolução n.º 1497/XIII/3.ª BE foi feita em conjunto, visto tratar-se da mesma temática, e ocorreu nos termos seguintes:



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR do PCP, que «Recomenda ao Governo que reforce os meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência Médica», porque, de acordo com informações veiculadas publicamente pelo seu Presidente estão em falta 350 profissionais, implicando um agravamento do tempo de atendimento das chamadas. O PCP sabe que a carência de profissionais no INEM ocorre especialmente com os técnicos de emergência pré-hospitalar (TEPH), os enfermeiros, os médicos e os técnicos superiores. Tendo em conta que os trabalhadores se encontram exaustos e em situação de esgotamento, o que pode comprometer a segurança e a resposta do INEM, o PJR pretende que sejam garantidas condições de trabalho que assegurem o cumprimento dos direitos dos profissionais de saúde do Instituto. Falou da necessidade de renovar as ambulâncias de emergência médica, das ambulâncias de suporte imediato de vida e da ambulância de transporte inter-hospitalar pediátrico, embora recentemente tenha sido concluído o processo de renovação das viaturas médicas de emergência.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR do BE, que «Recomenda ao Governo o reforço da resposta do Instituto Nacional de Emergência Médica através da contratação dos profissionais em falta». Lembrou que o Relatório de Atividades do CODU relativo a 2017, refere que a contratação de TEPH tem sido insuficiente, embora a falta de profissionais abranja todo o INEM. Referiu que no ano passado *«vários meios de emergência pré-hospitalar, como ambulâncias de emergência médica estiveram em risco de encerrar e só não aconteceu porque os trabalhadores fizeram turnos extraordinários para manter o funcionamento e a operacionalidade dos meios»*. Acrescentou que a solução para reforçar a capacidade e prontidão de resposta passa pela contratação dos profissionais em falta, a fim de não colocar pressão extra sobre o funcionamento do Instituto. Embora esteja concluído o concurso para contratar 100 TEPH, esse número é insuficiente, assim como são insuficientes os profissionais doutras áreas, devendo assim ser abertos concursos para a contratação de mais TEPH, de enfermeiros, de assistentes técnicos e de psicólogos. Recordou que o INEM tem receitas próprias, que têm estado cativadas, indicando que o OE 2018 veio pôr fim a essas cativações. Concluiu, entendendo que o *«Governo deve planear e programar um concurso regular para contratação de profissionais para o INEM, para que sejam colmatadas as saídas do ano anterior»*.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

Seguiu-se o debate, em que usaram da palavra o Deputado Luís Vales, para referir que se vai associar aos dois PJR, lembrando que o PSD apresentou um requerimento para ouvir o Presidente do CD do INEM, com caráter de urgência, sobre essa problemática. Não tem dúvidas de que o aumento do tempo de resposta se prende com a falta de profissionais, com a falta de planos de contingência e com a paragem forçada de ambulâncias, havendo necessidade de fazer um planeamento de médio/longo prazo e reorganizar os meios de socorro. Salientou que a passagem das 40 para as 35 horas, mantendo os meios existentes, conduziu à situação atual.

O Deputado António Sales lembrou que está agendada uma audição do Presidente do Conselho Diretivo do INEM para a próxima semana, o qual certamente esclarecerá a situação. Reconhecendo a falta de profissionais, reconhece também que o INEM tem feito um esforço para resolver a questão, quer no CODU, quer nos meios de emergência e que se registou um acréscimo de pessoal nos últimos dois anos. Deu nota das melhorias entretanto ocorridas, nomeadamente sobre a conclusão do concurso para contratação de 100 TEPH e do processo de aquisição de 31 ambulâncias. Julga que as recomendações dos PJR são decisões de gestão do próprio Instituto, considerando que a reabertura de concursos pode e deve ter em conta o planeamento de efetivos e as prioridades definidas.

A Deputada Isabel Galriça Neto sublinhou o trabalho de qualidade efetuado pelos profissionais do INEM, mas que, apesar disso, os problemas nunca foram tantos como agora. Parece que há uma desvalorização do problema por parte da tutela, mas a falta de profissionais no INEM é uma matéria que preocupa o CDS-PP pelo que votará favoravelmente os PJR em apreciação.

O Presidente cumprimentou os Deputados que fizeram intervenções, e deu por encerrada a discussão sobre os PJR 1484/XIII/3.ª e 1497/XIII/3.ª, devendo a respetiva informação ser remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

6. - Ponto de situação dos Grupos de Trabalho em funcionamento na Comissão

O Presidente fez o ponto da situação dos GT, salientando que a Comissão de Saúde é das comissões com mais grupos de trabalho em funcionamento. Recordou que dois grupos de trabalho ainda não reuniram.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Carla Cruz informou que o coordenador do GT da PPL n.º 49 passará a ser o Deputado João Dias, que veio substituir o ex-Deputado João Ramos. O Deputado António Sales, coordenador do GT da PPL n.º 34, sobre Ordens Profissionais, informou que está a aguardar um parecer que foi pedido ao Conselho das Ordens Profissionais. O Deputado Moisés Ferreira, coordenador do GT da Diabetes, sugeriu que este reunisse na próxima semana. A Deputada Isabel Galriça Neto disse estar a aguardar o envio, da documentação solicitada, ao GT das Doenças Oncológicas, de que é coordenadora.

7. - Ponto de situação das petições pendentes

O Presidente fez o ponto da situação das Petições, referindo especialmente as mais antigas. Chamou a atenção para aquelas que se encontram em condições de elaboração do Relatório Final, bem como para aquelas que obrigam à audição dos peticionários.

8. - Ponto de situação das audições pendentes

Igualmente foi feito o ponto da situação das audições, tendo o Presidente anunciado que, para diminuir o número de audições pendentes, irá agrupar algumas delas.

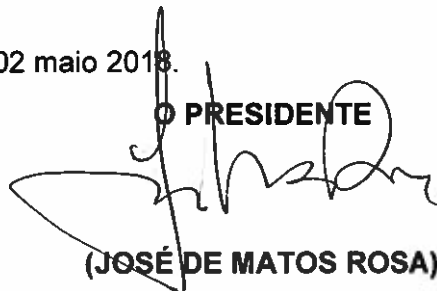
9. - Outros assuntos

O Presidente recordou que uma delegação da Comissão de Saúde se vai deslocar em visita de trabalho à RAM, para verificar *in loco* a saúde regional, designadamente a necessidade de construir o Hospital Central do Funchal.

A reunião foi encerrada às 11:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação ser acedido neste [link](#).

Palácio de São Bento, 02 maio 2018.

O PRESIDENTE



(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 115/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
António Topa
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira
Jorge Falcato Simões
Luís Graça
Luís Soares
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira

